



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**ESCOLA, INCLUSÃO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES**

*SCHOOL, INCLUSION AND PEOPLE WITH DISABILITIES: A BIBLIOMETRIC STUDY
ON THE CAPES JOURNAL PORTAL*

Clissia Rachel Paula Felix de Paiva¹

Sale Mário Gaudêncio²

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo realizar uma pesquisa acerca da relação intrínseca entre as categorias “escola”, “inclusão” e “Pessoa com Deficiência”. O trabalho foi realizado através de um estudo bibliométrico em uma base de dados de alto impacto científico, o Portal de Periódicos Capes. Para tal feito, analisou-se 156 artigos disponíveis no Portal de Periódicos Capes até a data da coleta de dados da referida pesquisa. Como resultado, constatou-se que é direito das PCDs, através das leis de políticas públicas, receber educação de qualidade, assim como, é necessário que a escola forneça infraestrutura acessível, mobiliário adequado, materiais adaptados, tecnologias assistivas, profissionais preparados, entre outros. Percebe-se que atualmente houve melhorias no ensino inclusivo, além de ser uma área que está em constante transformação e tem avançado gradativamente, por esse motivo, embora ainda haja muitos desafios a serem superados, cada vez mais PCDs têm acesso à escola. Assim, de acordo com os gráficos apresentados no decorrer deste trabalho, nota-se uma crescente demanda nas pesquisas acerca desse assunto, cada vez mais profissionais e instituições mostram interesse em estudos que buscam facilitar o ensino e aprendizagem das PCDs, assim como, sua inserção plena na sociedade e mercado de trabalho, garantindo uma vida plena e digna. Conclui-se que com a participação de toda a comunidade escolar, pais, responsáveis e leis de políticas públicas, é possível transformar a vida das PCDs, tornando-as protagonistas da própria história, além de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Pessoa com Deficiência. Bibliometria.

¹ Discente da Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Orientador da Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

ABSTRACT

This article aims to conduct research on the intrinsic relationship between the categories “school”, “inclusion” and “Person with Disabilities”. The work was carried out through a bibliometric study in a high-impact scientific database, the Capes Periodicals Portal. To this end, 156 articles available in the Capes Periodicals Portal up to the date of data collection for the aforementioned research were analyzed. As a result, it was found that it is the right of PWDs, through public policy laws, to receive quality education, as well as that the school must provide accessible infrastructure, adequate furniture, adapted materials, assistive technologies, trained professionals, among others. It is clear that there have currently been improvements in inclusive education, in addition to being an area that is constantly changing and has gradually advanced. For this reason, although there are still many challenges to be overcome, more and more PWDs have access to school. Thus, according to the graphs presented throughout this work, there is a growing demand for research on this subject, with more and more professionals and institutions showing interest in studies that seek to facilitate the teaching and learning of PWDs, as well as their full insertion into society and the job market, ensuring a full and dignified life. It is concluded that with the participation of the entire school community, parents, guardians and public policy laws, it is possible to transform the lives of PWDs, making them protagonists of their own story, in addition to contributing to a more just and egalitarian society.

Keywords: School. Inclusion. Person with Disabilities. Bibliometrics.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa está inserido como pré-requisito para a conclusão da especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Por esse motivo, a presente pesquisa faz parte do domínio da educação com foco na inclusão educacional e educação especial.

Sua proposta busca discutir a relação intrínseca entre as categorias “escola”, “inclusão” e “Pessoa com Deficiência”, a partir de um estudo bibliométrico no Portal de Periódicos da Capes.

Seu viés investigado buscará contribuir para o fortalecimento teórico-metodológico da especialização *lato sensu* e para o campo de pesquisa do Atendimento Educacional Especializado (AEE), local e globalmente.

Sabe-se que a educação inclusiva ainda é um grande desafio para toda a sociedade. Para que haja uma educação equitativa, é necessário que o Estado e os profissionais da educação viabilizem métodos e práticas de aprendizagens eficazes.

No chão da escola, sabe-se que na sala de aula regular ainda encontram-se muitos desafios a serem superados. A gestão escolar, o professor de AEE, o professor da sala regular, a equipe escolar e a comunidade devem se unir para garantir um ensino/aprendizagem de qualidade para as Pessoas com Deficiências (PCDs) de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

Contudo, o que se percebe é que a estrutura física e as Tecnologias Assistivas (TAs) da escola precisam estar adaptadas para receber as PCDs, de modo que todos tenham pleno acesso ao ambiente, promovendo assim, maior independência ao cidadão, muito embora o discurso construído sobre inclusão, nem sempre ocorra como o planejado pelo Estado e a escola.

Para corroborar com estas observações, anualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulga um modo temático da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua via Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dados sobre a educação brasileira, através de suas pesquisas e censos, que reúnem informações sobre o acesso ao ensino, analfabetismo, escolaridade, abandono escolar, frequência escolar, entre outros. Segundo dados de pesquisa divulgada pelo IBGE em 2023, o Brasil possui cerca de 18,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

A taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%. Os dados mostram que a maior parte das pessoas de 25 anos ou mais com deficiência, não completaram a educação básica: 63,3% dessas pessoas estavam sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. Em contrapartida, para as pessoas sem deficiência, os dados mostraram respectivamente, de 29,9% e 12,8%. Deste modo, observa-se que o maior percentual de pessoas analfabetas ou que não completaram a educação básica são de pessoas com deficiência.

Embora haja muitos estudos acerca dos avanços e metodologias específicas para os diferentes tipos de deficiências, na prática, as dificuldades para que a inclusão ocorra são diversas, e vão desde a limitada estrutura física do ambiente escolar, até o despreparo de alguns profissionais da educação que muitas vezes não estão aptos a receber alunos com deficiência.

Pensando nisso, e com base em estudos acerca da inclusão, fica uma questão: Será que de fato, a inclusão ocorre para todos? Para obter essa resposta é necessário entender a relação entre Escola, Inclusão e Pessoa com Deficiência.

Portanto, considerando o que até o momento fora contextualizado e problematizado por meio do cenário que condiciona este texto, a presente pesquisa buscou responder ao problema que segue à frente: Por que é necessário estudar a relação entre Escola, Inclusão e Pessoa com Deficiência, em especial a partir do Portal de Periódicos da Capes?

O objetivo do nosso trabalho é estudar a relação entre Escola, Inclusão e Pessoa com Deficiência a partir do Portal de Periódicos Capes. Desse modo, se refletiu sobre a relação entre escola; as questões inerentes à inclusão; e o debate da Pessoa com Deficiência (PCD), a partir de um estudo em uma base de dados de alto impacto científico, que é o Portal de Periódicos da Capes.

2 ESCOLA

Sabe-se que a educação brasileira é palco de muitas manifestações ideológicas até chegar ao conceito de educação para todos que conhecemos nos dias atuais.

[...] desde 1932, interesses opostos vinham disputando espaço no cenário nacional: de um lado, a Igreja Católica e setores conservadores pretendendo manter a hegemonia que mantinham historicamente na condução da política nacional de educação; de outro, setores liberais, progressistas e até mesmo de esquerda, aderindo ao ideário da Escola Nova, propunham uma escola pública para todas as crianças e adolescentes dos sete aos 15 anos de idade (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 158).

Diante deste cenário, por décadas, a educação brasileira era restrita apenas à burguesia. “[...] Essa disputa ideológica atravessou décadas e reformas educacionais sem que o poder público brasileiro edificasse um sistema nacional de escolas públicas para todos.” (Bittar; Bittar, 2012, p. 158).

Durante o período de 1930 a 1964 ocorreram várias reformas educacionais no Brasil, sem a resolução dos problemas de analfabetismo ou a garantia de educação para todas as crianças.

[...] logo após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco Campos, que implantou a Reforma de 1931, precedida por um pedido de Vargas aos educadores reunidos na IV Conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE) para que fornecessem ao governo ‘o sentido pedagógico da revolução’. A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, teve como diferencial a criação, pelo menos em lei, de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo para assessorar o Ministério da Educação. (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 158).

Deste modo, as autoras destacam ainda que, mesmo com a criação de um Sistema Nacional de Educação, o acesso à escola era altamente seletivo, favorecendo os filhos da elite.

Isso também ocorria com o acesso ao ensino superior, “[...] O ingresso ao superior devia guardar correspondência obrigatória com o ensino médio, o que também dificultava o acesso ao ensino superior” (Bittar; Bittar, 2012, p. 158).

As escolas não eram acessíveis para a população com menor poder aquisitivo, um sistema educacional altamente seletivo, em que a população com menor poder aquisitivo era excluída. As autoras realizam em seu estudo, o panorama histórico da educação do Brasil, desde as várias reformas educacionais, período de ditadura militar e presidentes que atuaram diretamente neste processo.

As ideias de renovação do ensino e o modelo de escola elementar direcionado para a escolarização em massa tiveram grande aceitação, sendo adotados em inúmeros países desenvolvidos e em desenvolvimento. O fenômeno da escolarização em massa, configurado a partir da segunda metade do século XIX, apresentou muitos aspectos comuns de abrangência global, entre eles: a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida como um projeto de consolidação de uma nova ordem social. (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2012, p. 243-244).

Conforme os autores pontuam, a renovação do ensino e o modelo de escola direcionado para a escolarização em massa teve uma boa aceitação, porém, se tratava de “[...] normatizar simplesmente os movimentos populares que reivindicavam instrução pública.” (Pereira, Felipe; França, 2012, p. 244).

Entende-se então que, diante dos movimentos populares, houve grandes avanços no sistema de educação brasileiro, passando a incluir a classe social de menor poder aquisitivo e fazer parte da formação da criança para que se torne cidadão socialmente ativo. A escola passa a ser vista como uma preparação para a vida adulta.

Atualmente, a educação é um direito de todas as pessoas e a instituição escolar desempenha um papel fundamental na formação do sujeito em meio à sociedade contemporânea.

[...] a escola se ocuparia da tarefa de “ensaiar” o estudante para a cidadania, introduzindo-o na ação e na tradição, elementos cruciais para que os “novos” adentrem ao mundo que lhes é estranho e habitado por outros adultos. Nesse sentido, a escola tem a função de educar e ensinar, findando, assim, a educação assim que o indivíduo atingir a condição adulta e se tornar um cidadão. (PETRY; CENCI, 2016).

Corroborando com os autores, a escola

O ingresso na escola é o momento em que a criança insere-se numa nova organização social, onde entra em contato com um novo mundo, cheio de coisas para serem descobertas e aprendidas. Porém, esse aprendizado não acontece sozinho, mas sim,

em interação com o outro, com seus colegas, professores, profissionais e familiares (BASTOS; SILVA, 2015, p. 144-145).

Nessa perspectiva, os autores destacam a importância da instituição escolar no desenvolvimento social e cognitivo da criança. Sendo assim, entende-se como o primeiro contato com um novo mundo, de novos conhecimentos e muitas descobertas acerca de si e do outro.

Levando em consideração o papel da escola frente à inclusão e a diversidade no espaço de ensino-aprendizagem, entende-se que o professor é o mediador do conhecimento, e a escola é uma instituição que prepara o indivíduo para o ambiente de trabalho e vivências sociais. Assim, fica evidente que:

As instituições de ensino atuam como organizadoras e transmissoras da cultura universal, agindo por meio da prática pedagógica, metodológica, tecnológica, abrangendo as atitudes, valores, ética e moral, de modo a facilitar a apropriação do saber pelos alunos. É de sua responsabilidade e de seus profissionais, buscar formas de sistematizar o conhecimento científico de fácil assimilação pelos alunos, através de instrumentos tecnológicos, métodos e técnicas que abranjam toda a esfera escolar. (PRADO; SILVA, 2017, p. 201).

Percebe-se que o ensino e a aprendizagem de qualidade é uma responsabilidade das instituições de ensino, assim como, buscar metodologias efetivas de cada um de seus alunos.

Uma escola somente poderá se considerar emancipadora, a partir do momento em que estiver organizada e preparada para dar suporte a todos os seus alunos, independente de: etnia, sexo, cor, idade, condição social ou deficiência (PRADO; SILVA, 2017, p. 201).

Os autores destacam a necessidade de a instituição escolar estar preparada para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos. Busca-se integrar o educando em todas as atividades curriculares, na qual, os profissionais da educação oferecem metodologias inclusivas e recursos pedagógicos visando e reconhecendo a diversidade dos alunos.

Portanto, a Escola e a inclusão estão intrinsecamente relacionadas de modo que não há como falar de escola sem pensar no ensino-aprendizagem para todos, desse jeito, já nos remete à palavra inclusão, pois todos têm direito de acesso ao conhecimento formal.

3 INCLUSÃO

Muito tem se falado de educação no contexto da inclusão, e com isso as pesquisas e debates acerca desse assunto aumentam gradativamente, mas será que realmente ocorre a inclusão no dia a dia da escola?

A inclusão, em alguns casos não depende apenas de ajustes arquitetônicos, mas do respeito à vida, aos direitos humanos, luta que não se encerrou, seja por melhores condições de vida ou pelo direito de expressar suas dores e angústias sem julgamento, pelo direito de aprender ou por estar em ambientes públicos como a escola sem haver comparação de potencial e sim pela valorização do que cada um consegue atingir (PRADO; SILVA, 2017, p. 203).

Entende-se que a inclusão não é apenas disponibilizar um ambiente com estrutura física acessível, mas assegurar que as PCDs sejam respeitadas e tenham seus direitos preservados.

De acordo com Matos (2017), essa é uma batalha que só começou a ganhar força em meados do século XX, muitos foram os desafios até os dias atuais, em que ocorreram mudanças significativas no trato de pessoas com deficiência. Trata-se de um tema essencialmente relevante na sociedade contemporânea e que passa por constantes transformações.

Vê-se que o “processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) vem ocorrendo gradativamente em nosso país por meio de políticas públicas, sobretudo a partir da publicação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 [...]” (Toledo, 2012, p. 320), desse modo, percebe-se que mesmo com todas as mudanças que vêm ocorrendo ao longo do tempo, ainda há muito que melhorar para que de fato haja a inclusão, tanto nas salas de aula regular do ensino básico, quanto no ensino superior e na sociedade em geral.

Quando se fala em inclusão, pensa-se em vários aspectos da vida do sujeito, acessibilidade física, acesso às Tecnologias Assistivas (TAs), educação inclusiva, apoio psicológico e emocional, emprego e inclusão profissional, transporte acessível, inclusão social, direitos e proteção legal, e suporte familiar e comunitário. “Inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem” (Camargo, 2017, p. 1).

Nesse sentido, corrobora-se com o autor, pois a inclusão é um dever da sociedade frente às diversidades. Ainda segundo o autor, não basta promover a inclusão no ambiente escolar, se fora da escola, a sociedade impõe diversas barreiras que se contrapõem ao real significado da palavra inclusão.

Camargo (2017) faz uma crítica ao sistema educacional inclusivo. Segundo o autor, “[...] educação inclusiva e educação especial, são quase sempre tomadas como sinônimas.” Percebe-se aqui, uma controvérsia nos termos, pois o autor ainda indaga o fato de que a educação inclusiva é para todos, mas e a educação especial, é para quem?

Com isso, vale salientar que não vivemos em uma sociedade homogênea, todos são diferentes, e é isso que torna as pessoas únicas. Dito isto, para o autor:

[...] De forma contraditória, a cultura atual, principalmente a ocidental, tenta moldá-los e “formá-los” como seres homogêneos. Como consequência, os que não se enquadram nos referidos padrões e segundo as regras de normalização forjadas socialmente, recebem vários adjetivos: “anormais”, “deficientes”, “incapazes”, “inválidos”, etc. (CAMARGO, 2017, p. 2).

Diante desse contexto, percebemos a importância da aplicação de uma educação bilateral, onde há educação inclusiva na educação especial. Pensando nisso, corrobora-se com o referido autor quando destaca que:

Aplicando o conceito de educação inclusiva ao educando, público-alvo da educação especial, temos uma relação bilateral de transformação do ambiente educacional e do referido educando, em que o primeiro gera, mobiliza e direciona as condições para a participação efetiva do segundo. Esse, por sua vez, age ativamente sobre tal transformação, modificando e sendo modificado por ela. (CAMARGO, 2017, p. 2).

A educação especial é voltada ao público-alvo da rede de ensino regular, ou seja, para educandos com deficiência visual, auditiva, física, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, etc. Já a educação inclusiva, visa à inclusão de todos. Assim, corrobora-se com o autor, pois para que haja inclusão na escola, a educação especial é inerente à educação inclusiva.

O autor destaca ainda que é “[...] frequente a manifestação pública de expressões equivocadas como: “aluno de inclusão” e “sala de inclusão” (Camargo, 2017, p. 1). No entanto, são termos errôneos, uma vez que quando falamos de inclusão, não nos referimos a uma pessoa ou a uma sala, visto que a inclusão não deve ocorrer apenas em um ambiente, mas sim, em todo contexto social que cerca o cidadão.

Em termos ideais, sociedade justa é aquela em que se configura um ambiente de relações sociais permitindo a seus membros condições de perseguirem aquilo que consideram uma vida boa. Em outras palavras, uma sociedade cuja integração social se produz através da institucionalização dos princípios de reconhecimento. A inclusão é um dos pontos finais hipotéticos do ideal de sociedade [...]. (BRAGA; SCHUMACHER, 2013, p. 382).

Desse modo, quando nos referimos à inclusão, seja escolar ou social, precisamos ter em mente que a sociedade é heterogênea, não há como moldar um indivíduo, tratamos da diversidade, individualidade e diferenças. Com isso, a metodologia adotada em sala de aula deve abranger toda a turma, com apoio personalizado, professores especializados, materiais didáticos adaptados, e métodos de ensino que atendam às necessidades individuais de cada educando.

4 PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Desde o início das primeiras civilizações, as pessoas com deficiência eram julgadas e condenadas ao fracasso, sem ao menos ter a chance de tentar. No decorrer da história, eram deixadas para morrer desde o nascimento, abandonadas em florestas, maltratadas, etc. Por muitos séculos foram trancados impedidos de ter interações sociais.

Para a sociedade, a palavra deficiência estava ligada à incapacidade. Assim, “Há milênios, a história demonstra que os direitos humanos se manifestam na vida de forma desigual para grupos sociais e pessoas distintas, persiste a desigualdade traduzida na falta de oportunidades de acesso à educação de qualidade [...]” (Castro; Berro, 2017, p. 100). Nesse sentido, trazemos outros autores que corroboram:

Ao longo da história, a pessoa com deficiência foi sendo tratada de diferentes maneiras. [...] A resposta da sociedade para a realidade vivenciada por estas pessoas pode ser resumida em três grandes modalidades: exclusão, integração e, mais recentemente, a busca da inclusão social (BASTOS; SILVA, 2015, p. 136).

Até os dias atuais, com o desenvolvimento social, e depois de muitas mudanças nas políticas públicas, que protegem os direitos dos cidadãos, ainda podemos nos deparar com situações de preconceito. Os muros impostos pela sociedade são muito desafiadores para aqueles que travam essa luta diariamente, pois é notável que ainda haja diferentes formas de exclusão sociais e educacionais que permanecem no processo de inclusão.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE em 2023, o Brasil possui cerca de 18,6 milhões de Pessoas com Deficiência. Vale destacar também que as taxas de analfabetismo são maiores entre as pessoas com deficiência, cerca de 19,5%. Os dados também mostram que cerca

de 63,3% das pessoas com deficiência não completam a educação básica. Isso mostra a realidade do nosso país com relação à escola, inclusão e Pessoas com Deficiência.

Braga e Schumacher (2013) fazem uma análise sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola e em empresas. Segundo os autores, esse processo ocorre desde 1980, através da obrigatoriedade por leis.

A história da civilização revela que a pessoa com deficiência, por vários séculos, enfrentou uma série de preconceitos, discriminações e exclusões para conseguir direitos iguais às das pessoas ditas normais, uma situação que somente nas últimas décadas estão sendo um pouco corrigidos por força de diplomas legais [...] (SOUSA, 2021, p. 9).

Durante muito tempo, as PCDs eram frequentemente marginalizadas e consideradas como fardos sociais. A deficiência era vista como castigo divino, diante desse contexto histórico, fica mais evidente que essa trajetória foi marcada por exclusão, luta por direitos e avanços na legislação e políticas públicas.

Dentre as inúmeras Leis, decretos, portarias criadas para proteger e efetivar os direitos das pessoas com deficiência destaca-se a Constituição Federal de 1988, a Convenção de Nova Iorque, de 2007, Decreto 3298, Convenção da Guatemala, 2001, Lei 10.098, de 2000 e a Lei Federal 13.146 de 2015 que entrou em vigor em janeiro de 2016 (PRADO; SILVA, 2017, p. 203).

Muitos são os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiências. Ingressar na escola ou ter acesso ao mercado de trabalho são conquistas recentes que ainda trazem muitos obstáculos, principalmente por causa do preconceito existente na sociedade. A respeito disso, destaca-se que:

De modo geral, as pessoas com deficiência são consideradas dependentes dos cuidados de outros, incapazes de estudar e trabalhar, isentas dos deveres normais e, acredita-se, necessitadas de cura, tratamento, reabilitação, habilitação. Os termos utilizados ao longo da história evidenciam a associação equivocada entre deficiência, principalmente intelectual, e incapacidade: *inválido, anormal, especial, excepcional, imbecil; débil, mongoloide, atrasado, treinável, adestrável, etc.* (BRAGA; SCHUMACHER, 2013, p. 380).

Segundo os autores, percebe-se uma gama de nomenclaturas preconceituosas dadas às PCDs, e que essas pessoas eram socialmente desvalorizadas e taxadas como dependentes de outros e incapazes de ter uma vida “normal”.

Apesar dos avanços legislativos no Brasil, para que a inclusão plena seja uma realidade, ainda há um grande caminho a ser percorrido. Reforçando com os autores citados até aqui, sabe-

se que os fatos que permeiam a história das PCDs e suas lutas são reflexos de uma sociedade que caminha da exclusão para a inclusão.

5 METODOLOGIA

O tema proposto neste trabalho visa estudar a relação entre “escola”, “inclusão” e “Pessoa com Deficiência” a partir da base de dados do Portal de Periódicos Capes. O Portal de Periódicos da Capes oferece um vasto acervo de periódicos revisados. Isso garante que as informações obtidas sejam de alta qualidade e confiáveis, fundamentais para embasar teoricamente pesquisas nessa área, o que é fundamental para entender a evolução dos trabalhos realizados no decorrer do tempo.

A referida pesquisa trata-se de estudo bibliométrico, onde: “O uso das técnicas bibliométricas é uma prática frequente nas pesquisas [...]. Sua aplicação auxilia no entendimento de novas temáticas, podendo auxiliar na identificação de tendências para pesquisas futuras.” (Quevedo-Silva *et al.*, 2016, p. 246). É uma metodologia científica que utiliza métodos quantitativos para analisar a literatura acadêmica em campos de estudo.

Esse tipo de estudo tem se popularizado entre os acadêmicos em função da grande quantidade de material bibliográfico que é produzido e disponibilizado atualmente. Ter uma visão resumida e sistematizada disso pode facilitar o entendimento e até mesmo apontar futuros caminhos de pesquisa. (QUEVEDO-SILVA *et al.*, 2016, p. 247).

Pode-se afirmar que através da pesquisa bibliométrica é possível avaliar o impacto, a qualidade e as tendências das pesquisas ao longo do tempo. Pensando nisso, nossa pesquisa irá estudar a relação entre Escola, Inclusão e Pessoa com deficiência para extrair dados de pesquisas no Portal de Periódicos Capes.

Quanto à tipologia da pesquisa, é uma pesquisa exploratória, onde “[...] objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema [...]” (Novo, 2008, p. 2). Com isso, visa investigar um problema ou situação para obter compreensão e identificar novas ideias. É indispensável no processo de investigação científica, pois permite aos pesquisadores obterem conhecimento inicial do problema.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, se tem uma nessa investigação uma pesquisa bibliográfica. Ela é “[...] elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, internet, etc.” (Novo, 2008, p. 3).

Enquanto abordagem, a pesquisa se apresenta como quantitativa, pois “[...] considera que tudo é quantificável, ou, que quantificar os fenômenos possibilita uma melhor análise, de forma mais imparcial. [...] traduzir opiniões e números em informações utilizadas [...]” (Novo, 2008, p. 1). Esse método transforma as informações em números. Isso facilita a compreensão dos dados investigados.

Do ponto de vista do *Corpus* da pesquisa, “[...] refere-se ao conjunto de documentos ou de outro material selecionado para análise sistemática.” (Cardoso, 2021, p. 103). Com isso, nosso material para coleta e análise de dados dar-se-á através do Portal de Periódicos Capes, baseando sua prospecção a partir dos termos relacionados “and” (linguagem *booleana*), a partir da escolha dos termos: “Escola”, “Inclusão” e “Pessoa com Deficiência”.

De acordo com o dicionário, a linguagem *booleana* é um sistema de lógica algébrica, um dado primitivo que pode ser considerado como 0 ou 1, ou falso ou verdadeiro. O termo recebeu esse nome em homenagem a George Boole, que utilizou o sistema pela primeira vez no século XIX. Ele é usado em conjunções lógicas, disjunção, etc.

Em relação à temporalidade da coleta de dados, ela ocorreu entre os meses de julho e outubro de 2024. Foi muito importante estipular um período de tempo para cada etapa da pesquisa. Isso ocorreu para que a pesquisa proporcionasse robustez e estivesse com um “recorte” bem definido.

Por fim, em relação ao processo de Análise e Interpretação dos resultados, considera-se que é preciso “[...] analisar essas publicações para traçar um certo tipo de perfil. Essa é uma prática essencial quando realizamos uma revisão bibliométrica” (Dendasck, 2021, p. 2), pois é por meio da análise e interpretação dos resultados que obtemos a conclusão da nossa pesquisa.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise de dados foram examinados dados de 156 artigos produzidos pelo Portal de Periódicos Capes. Os dados foram representados por meio de gráficos, apresentados da seguinte forma:

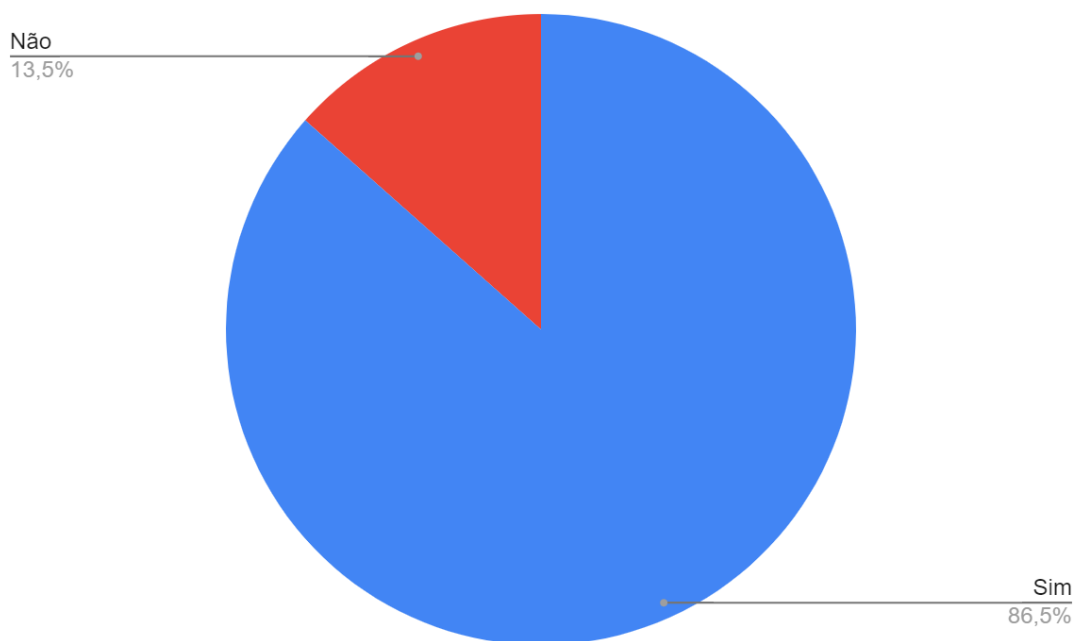
Quadro 1 - Descrição da representação gráfica

Figura	Descrição
Figura 1	Trata-se dos artigos que são abertos ou não público
Figura 2	Quanto ao tipo de recurso utilizado, nesse sentido, todos trabalhos analisados eram artigos
Figura 3	Refere-se ao ano e frequência de publicação
Figura 4	Análise a nacionalidade da produção científica
Figura 5	Refere-se às técnicas de avaliação científica
Figura 6	Quanto a distribuição das pesquisas por área do conhecimento
Figura 7	Quanto ao idioma presente nas produções acadêmicas
Figura 8	Quanto o impacto e presença dos editores referenciais

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir da observação dos gráficos é possível fazer uma análise detalhada de cada aspecto analisado no decorrer desta pesquisa.

Figura 1 - Quanto ao tipo de acesso ao conhecimento científico



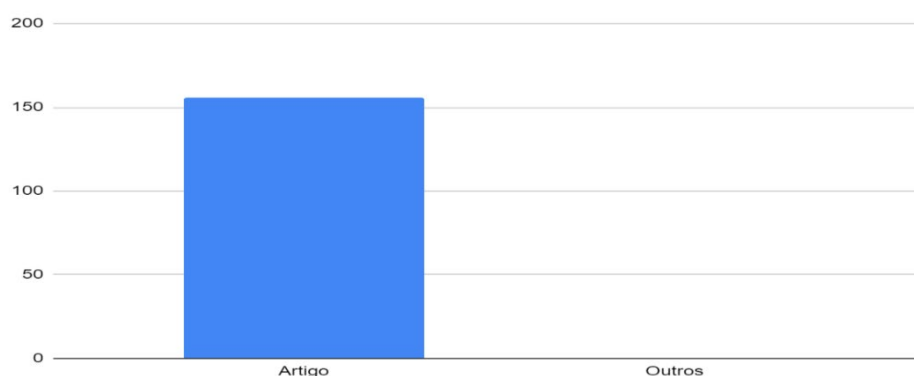
Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Observamos no gráfico acima que até a data da desta pesquisa, de 2008 a 2024, encontramos 156 trabalhos relacionados aos temas: Escola e Inclusão e Pessoa com deficiência no Portal de Periódicos Capes.

Destacaram-se os seguintes dados: 135 artigos encontram-se com acesso aberto ao público, que representa no gráfico 86,5% dos dados, em contrapartida 21 artigos não possuem acesso aberto, representando, 13,5% dos dados.

Significa dizer que, a grande maioria dos artigos publicados estão disponíveis para a população em geral, fazendo com que a sociedade tenha acesso a dados com alto valor agregado e de qualidade.

Figura 2 - Quanto ao tipo de recurso material

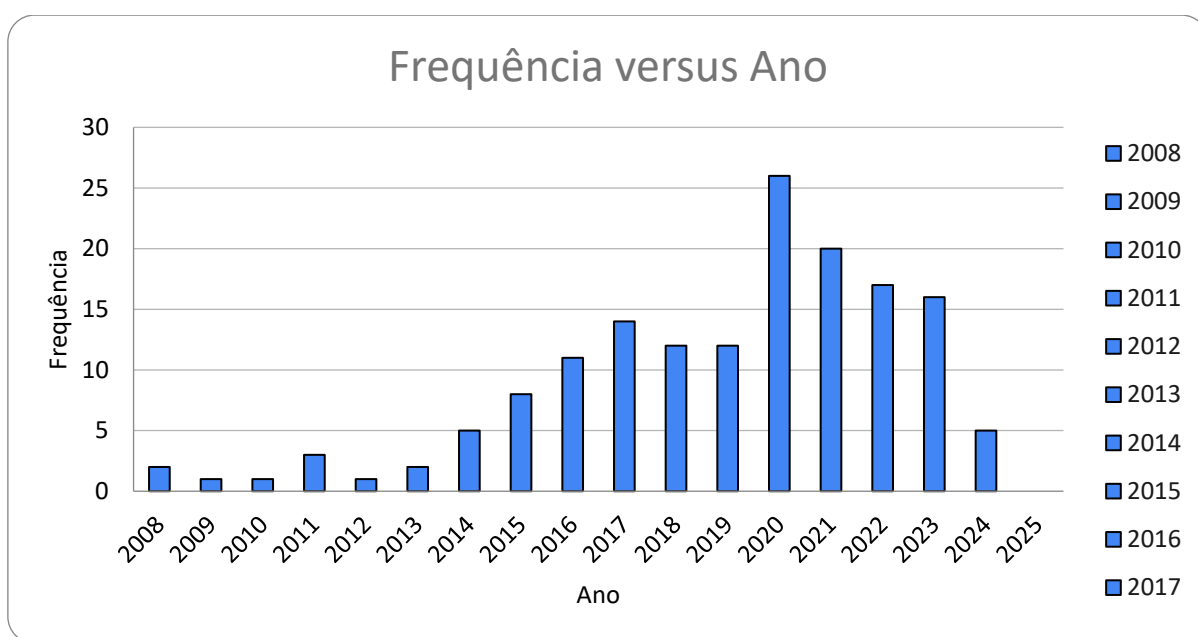


Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Pode-se observar no gráfico acima que, dos trabalhos pesquisados, todos os 156 textos coletados são artigos, representando um total de 100%.

Significa dizer que os pesquisadores estão buscando publicar textos, potencialmente, com um alto teor de atualidade, onde refletem os dilemas das questões em curso na contemporaneidade.

Figura 3 - Quanto ao período de publicação

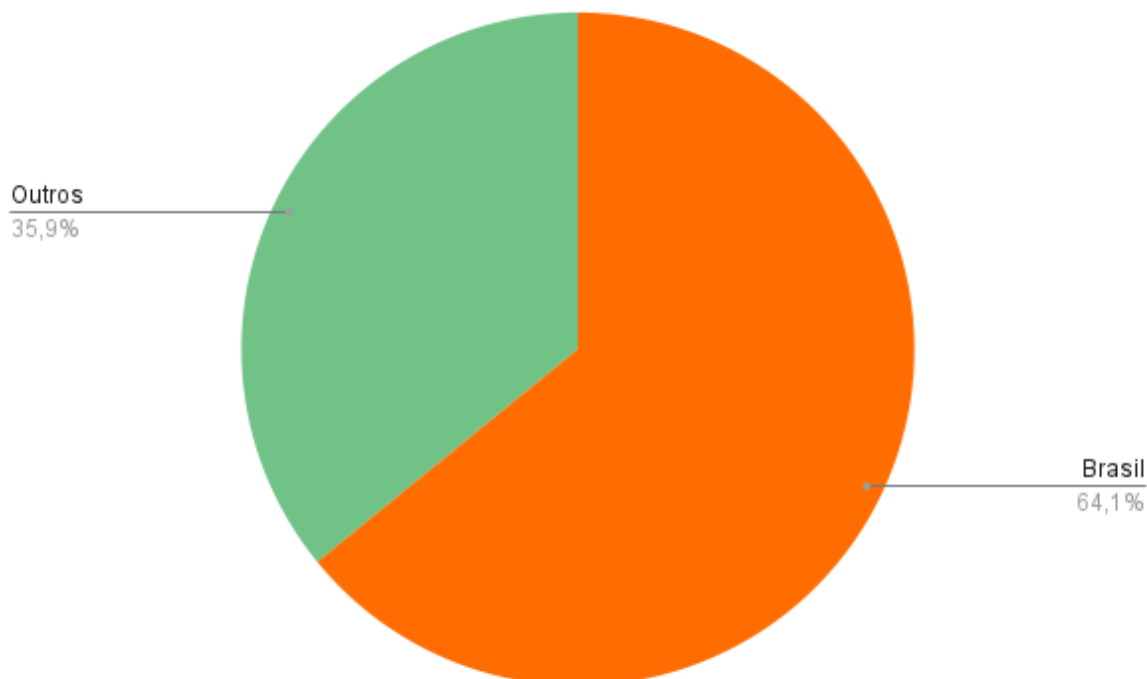


Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Percebe-se que os anos de publicação das pesquisas se dão entre 2008 a 2024. A frequência de publicações acerca do assunto cresce gradativamente a cada ano, de 2008 a 2013, houve quantitativo de 1 a 3 publicações a cada ano, a partir de 2014 essa frequência passou a ter um aumento mais significativo.

Observou-se que os anos de maior frequência de publicações foram 2020, com 26 artigos publicados e 2021, com 20 publicações. Nesse sentido, é notório perceber que se tem um campo de estudo que vem se desenvolvendo a cada ano, e sofrendo várias transformações, pois está em constante evolução. Até o momento da pesquisa, em 2024 (o ano vigente), tivemos 5 artigos publicados, destacamos que esse número não é definitivo como número total, pois a produção do ano está em constante crescimento.

Figura 4 - Quanto a nacionalidade da produção científica

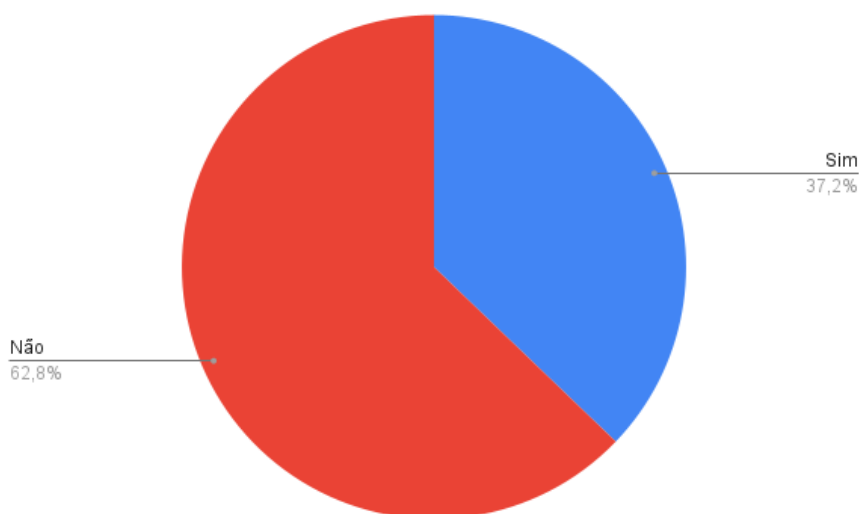


Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Observa-se no gráfico acima que dos 156 trabalhos, 100 são de produção nacional, ou seja, 64,1% e 56 de produção internacional, representado 35,9%, não sendo especificado no Portal de Periódicos Capes a nacionalidade das pesquisas internacionais.

Isso demonstra que existe uma relevante produção científica nacional que tem primado pela investigação perante as categorias que são objeto deste estudo. Viu-se que é cada vez maior o interesse de pesquisadores para com os assuntos relacionados à educação inclusiva.

Figura 5 - Quanto às técnicas de avaliação científica



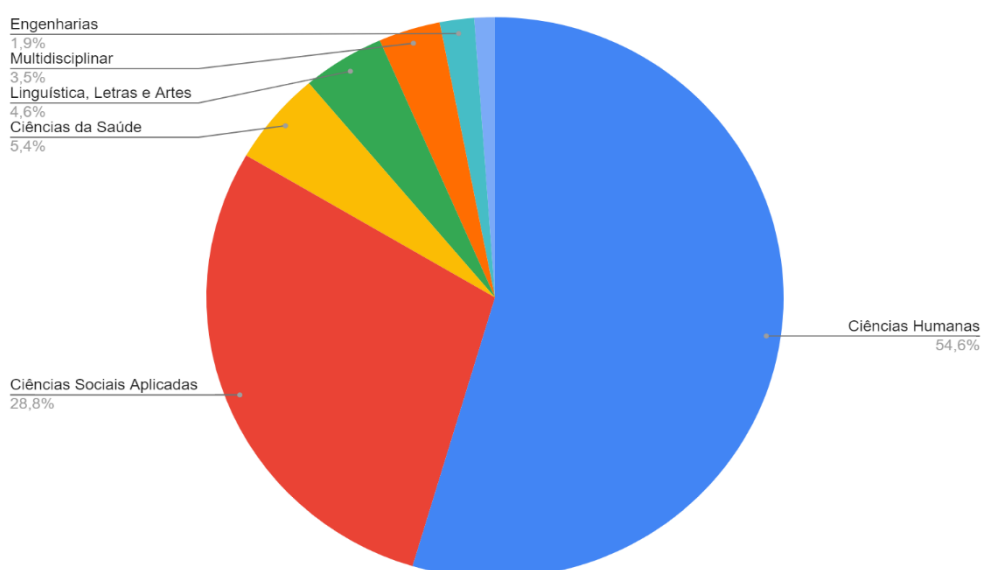
Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

De acordo com o gráfico acima, 98 trabalhos não são revisados por pares, ou seja, 62,8%, já 58 são revisados por pares, o equivalente a 37,2% das pesquisas analisadas.

Esse dado em essência é estarrecedor, pois um dos critérios de qualidade mais relevantes presentes e aceitos pela comunidade científica é a técnica *Peer and Blind Review*, ou seja, a Revisão por Pares e às Cegas.

Percebeu-se que apesar do Brasil ter avançado em métricas como Acesso Aberto e Nacionalização da pesquisa, por outro lado, abriu margem para não garantir a revisão às cegas, algo fundamental e central para o processo de consolidação da pesquisa e divulgação científica.

Figura 6 - Quanto a distribuição das pesquisas por área do conhecimento

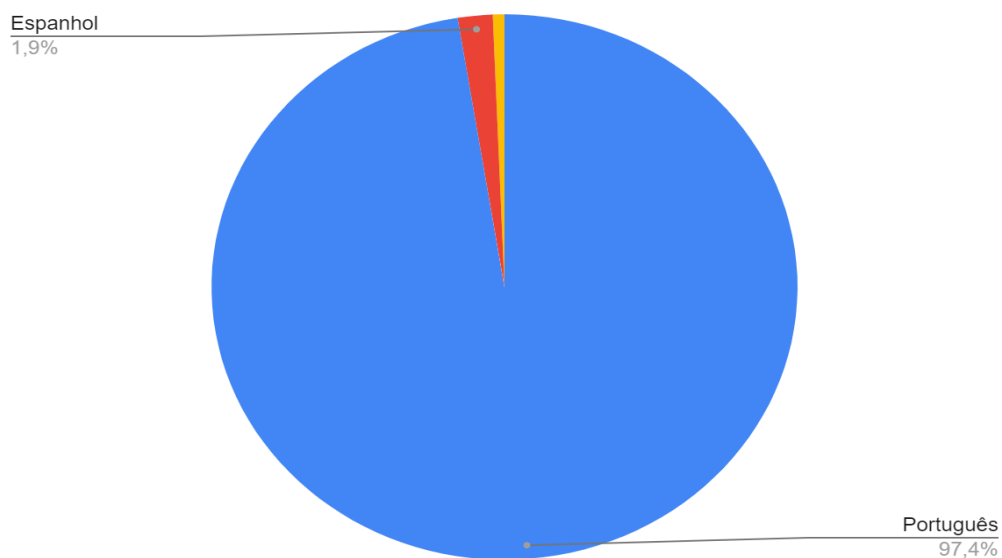


Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Observou-se nesse gráfico, no que diz respeito à distribuição por área, que em Ciências Humanas temos 142 trabalhos, que equivalem a 54,6%. Na área de Ciências Sociais Aplicadas, foram encontrados 75 trabalhos publicados, representando cerca de 28,8% de pesquisas. Em Ciências da Saúde, contamos 14 trabalhos, cerca de 5,4% das pesquisas. Nas áreas de Linguística, Letras e Artes, chegamos a 12, que equivale a 4,6% dos trabalhos. Na área Multidisciplinar, contamos com 9 trabalhos, cerca de 3,5%. Nas áreas de Engenharias, 5 pesquisas, o equivalente a 1,9% das pesquisas. Por fim, em Ciências Exatas e da Terra, 3 trabalhos, cerca de 1,2% dos trabalhos publicados.

Potencialmente, seria natural uma predominância para a área de Ciências Humanas, especialmente porque nessa área estão presentes cursos como Educação, Ciências Sociais e grande parte das licenciaturas. Mas isso também demonstra uma opção estratégica da área para produzir pesquisas e delinear práticas pedagógicas e de engajamentos socioculturais buscando entender a complexidade dos desafios e dilemas contemporâneos.

Figura 7- Quanto ao idioma presente nas produções acadêmicas



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Em relação aos idiomas dos trabalhos publicados no Portal de Periódicos Capes, percebe-se que 152 são no idioma Português, que representa 97,4% do total; sendo 3 no idioma

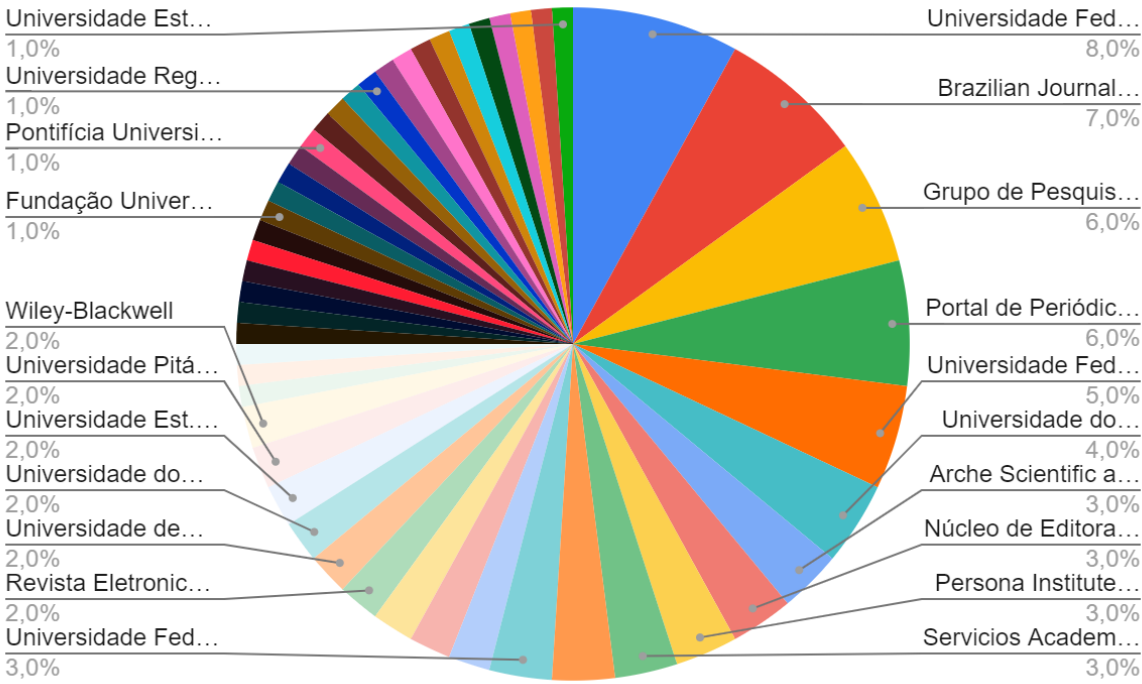
Espanhol, representando 1,9% dos trabalhos; e por último, 1 trabalho em Inglês, que representa 0,6% dos trabalhos.

Se pensado esse resultado sob a ótica do pensamento decolonial, viu-se aqui, indícios de uma possível ruptura aos conhecimentos produzidos contra o viés linguístico dos países do norte desenvolvidos.

Mas também, sob uma perspectiva crítica, pode ser feito um contraponto, observando que muitas vezes um texto não é publicado em língua estrangeira, em especial o inglês, por exemplo, porque existe um custo operacional relativamente alto, que impede a divulgação científica com a “bandeira” de outra nacionalidade.

Mesmo assim, fica presente como ato simbólico, uma narrativa nacionalizada de empoderamento linguístico de valorização para a produção intelectual da região.

Figura 8 - Quanto o impacto e presença dos editores referenciais



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

No gráfico acima, observa-se 52 editoras de trabalhos publicados no Portal de Periódicos Capes, destaca-se as 06 editoras com maior percentual de publicações: Universidade Federal de Santa Maria, com 8 trabalhos publicados, representado 8,0%, como mostra no gráfico; *Brazilian Journal of Development*, com 7 trabalhos publicados, representando 7,0%; Grupo de Pesquisa Metodologias em Ensino e Aprendizagem em Ciências, com 6 trabalhos

publicados, representando 6,0%; Portal de Periódicos UDESC, com 6 trabalhos publicados, representando 6,0%; Universidade Federal de São Carlos, com 5 trabalhos, representando 5,0%; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com 4 trabalhos, representando 4,0%.

Como pode-se observar, as demais editoras contam com totais de 03 (3,0%), 02 (2,0%) e 01 (1,0%) trabalhos publicados.

Analisando os dados do gráfico é possível observar que dentre as 6 editoras que possuem mais publicações, a *Brazilian Journal of Development*, com 7 trabalhos publicados, é uma revista mensal que publica artigos científicos a nível nacional e internacional. As demais instituições são de nível nacional.

Com isso, evidenciamos a falta de mais trabalhos das instituições internacionais voltados ao conteúdo em destaque.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que fora destacado até aqui, nossa pesquisa buscou resolver o seguinte problema: Por que é necessário estudar a relação entre Escola, Inclusão e Pessoa com Deficiência, em especial a partir do Portal de Periódicos da Capes?

Para a resolução da situação problema citada acima, analisou-se 156 trabalhos do Portal de Periódicos Capes (total de trabalhos disponíveis no portal até a data da referida pesquisa), na qual observamos fatores que influenciam o processo educacional de PCDs, desde os dados de alfabetização do IBGE, o papel da escola nesse processo, entendemos um pouco da história das PCDs, e como se dá a inclusão no ambiente escolar, assim como, recursos que podem facilitar o processo.

Desse modo, alcançamos o objeto do trabalho, estudar a relação entre Escola, Inclusão e Pessoa com Deficiência a partir do Portal de Periódicos Capes. Analisou-se a relação entre escola, questões inerentes à inclusão, e o debate da PCD a partir de uma base de dados de alto impacto científico.

Constatou-se que mesmo com as políticas públicas de inclusão, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de PCDs analfabetos é maior, em relação ao número de pessoas sem deficiência, assim como, as taxas de abandono escolar. Em contrapartida, é notável que mesmo devagar, as PCDs estão conquistando seu direito à escolarização de qualidade, isso se mostra no número de matrículas que têm aumentado nas

escolas da rede regular de ensino, assim como, nas incontáveis pesquisas em torno desse contexto.

Observou-se que a educação de PCDs tem avançado gradativamente e cada vez mais PCDs têm acesso à escola. Sabe-se que a educação inclusiva e igualitária ainda é um desafio para a sociedade, pois no chão da sala de aula regular ainda encontram-se muitos desafios a serem superados, mas através da união das políticas públicas, profissionais da educação, família e comunidade, é possível superar essas barreiras. Assim, cada vez mais PCDs terão acesso a educação de qualidade, sem exceção e sem exclusão.

Conclui-se que esta pesquisa contribuiu de forma significativa para os estudos acerca da educação inclusiva, levando em conta que tratou de questões de fundamental importância acerca de questionamentos e soluções na prática educacional de PCDs, além de realizar uma pesquisa em base de dados de alto impacto científico.

REFERÊNCIAS

BASTOS, F. R.; SILVA, V. R. A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular: Avanços e Expectativas. **Sociedade em Debate**, v. 21, n. 1, p. 136-162, 2015. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10657>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRAGA, M. M. S.; SCHUMACHER, A. A. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 375-392. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200010>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BITTAR, M.; BITTAR, M. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dec. 2012, Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497>.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Editora: Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017, volume:23; issue: Linguagem de Portugues. ISSN: 1980-850X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 98-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em: 01 nov. 2024.

CASTRO, C. V.; BERRO, M. P. S. A Inclusão da pessoa com Deficiência nas escolas – Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Nº 13.146 /2015: dignidade e igualdade. **Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição; Rev. de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 3, n. 1, p. 99-119, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0022/2017.v3i1.1811>. Acesso em: 01 nov. 2024.

DENDASCK, C. Quais são as diferenças entre a revisão bibliométrica e a revisão sistemática: compreendendo o cenário da produção científica. **Blog Núcleo do Conhecimento**, 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/blog/revisao-de-literatura/cenario-da-producao>. Acesso em: 27 jul. 2024.

GOMES, I. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MATOS, M. D. O processo da inclusão no ensino regular. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 10, n. 34, p. 64-76, jan. 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/671>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NOVO, B. N. **Metodologia de pesquisa**: análise dos principais pontos para produção de uma pesquisa científica. [S.l.]: Brasil Escola, 2008. disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/metodologia-de-pesquisa.htm>. Acesso em: 27 jul. 2024.

PEREIRA, Lilian Alves; FELIPE, Delton Apdo; FRANÇA, Fabiane Freire. Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 45e, p. 239-252, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i45e.8640120. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640120>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PRADO, E.; SILVA, M. C. R. F. Das leis da inclusão social à concretização de direitos: dilemas vivenciados numa escola pública de educação básica. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 13; n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9553>. Acesso em: 15/08/2024.

PETRY, C.; CENCI, A. V. **O papel da escola nos “ensaios” para a cidadania**. Perspectiva, v. 34, n. 2, p. 582-601, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2016v34n2p582>. Acesso em: 05 ago. 2024.

QUEVEDO-SILVA, Filipe; ALMEIDA SANTOS, Eduardo Biagi; BRANDÃO, Marcelo Moll; VILS, Leonardo. Estudo Bibliométrico: orientações sobre sua aplicação. **ReMark - Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 2, p. 246-262, 2016. DOI: 10.5585/remark.v15i2.3274. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12129>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SOUSA, E. F. M. A Cidadania das pessoas com deficiência psicossocial: a convenção da ONU sobre os direitos da Pessoa com Deficiência em Portugal e no Brasil. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 12, n. 3, 2021. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2503>. Acesso em: 27 jul. 2024.

TOLEDO, E. H.; VITALIANO, C. R. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 2, p. 319-336, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000200010>. Acesso em: 18 nov. 2024.